

Kandir: acordo aumentará capacidade de pagamento

NOVA YORK (da enviada especial)

— Se o Brasil não consolidar o processo de estabilização, controlar a inflação e voltar a crescer, não terá condições de voltar a pagar, regularmente, seus compromissos externos. Por isso, os credores privados devem ajudar o País a aprovar sua carta de intenções ao FMI e a obter um bom acordo com o Clube de Paris, de forma a garantir maior fluxo de recursos externos para compor a capacidade de pagamento da dívida. Em suma, este foi recado que o Secretário de Política Econômica, Antônio Kandir, enviou aos bancos credores, durante uma longa exposição sobre a economia brasileira, no primeiro dia de negociações com o Comitê Assessor dos Bancos.

Kandir expôs didaticamente a estratégia de geração de receita do Governo e a programação dos pagamentos externos. Ele explicou que a proposta de pagamento apresentada, que vai até o ano 2000, considera a entrada dos US\$ 2 bilhões de empréstimos do FMI em 1991 e um acordo de longo prazo com o Clube de Paris. Se estes dois instrumentos falharem, as restrições para os desembolsos serão ainda maiores.

A maior dificuldade junto aos re-

Telefoto de Luiz Antônio



Kandir: ajuste interno é prioritário

presentantes dos bancos foi explicar o conceito de capacidade de pagamento da dívida. A receita, disse Kandir, é composta pelo superávit primário do setor público (2,9% do PIB em 1990, conforme consta no acordo com o FMI); emissões do

Banco Central, que não causam inflação, em função do aumento da demanda por moeda; novos financiamentos externos e do rendimento dos juros sobre as reservas em dividas do País.

Depois de encontrada a receita total, o Governo direciona os recursos prioritariamente para o pagamento da dívida interna e a devolução dos cruzados novos retidos pelo Plano Collor; manutenção das reservas e, em terceiro lugar, os pagamentos externos.

Dentro deste último item, disse o Secretário em sua exposição, a prioridade são os organismos internacionais (FMI, Banco Mundial e Banco Interamericano de Desenvolvimento, etc.), seguidos dos credores oficiais (Clube de Paris) e, só depois, os bancos privados. Isso porque o primeiro grupo manteve fluxo de empréstimos ao Brasil depois da crise de 1983 e, tradicionalmente, não sofre efeitos da moratória. O segundo envolve relações bilaterais entre governos. O terceiro, dos bancos, é o mais vulnerável, pela escassez de recursos, e pelo fato de terem cancelado novos financiamentos ao País desde o início da década de 80.